

“REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO”

Sob o título acima, a “Folha da Manhã”, importante órgão da imprensa diária da capital pernambucana, publicou, em sua edição de 7 de junho último, o seguinte artigo do Interventor Agamemnon Magalhães :

“O professor americano Harvey Walker, da Universidade de Ohio, divide a história da administração pública dos Estados Unidos, em vários períodos, a começar do Colonial até o Jackson em 1929, e daí em diante, de acordo com os atos de organização do pessoal administrativo, que foi crescendo, com o aumento da população e dos encargos do Estado.

No Brasil poderíamos dividir a História da organização administrativa em dois períodos. De Pedro II a Getúlio Vargas. Getúlio Vargas, fundando o Instituto Nacional de Estatística e o Departamento Administrativo do Serviço Público. Nesse período é que se começa a tratar de organização e controle administrativo. De padronização de material. De classificação de pessoal. De categorias e uniformização de vencimentos. De racionalização. De economia de

tempo, de economia de pessoal e de maior rendimento. O Presidente Getúlio Vargas reuniu uma equipe, dirigida pessoalmente por ele, fora dos Ministérios, para aquele fim. Luiz Simões Lopes, João Carlos Vital, Moacir Briggs, Paulo de Britto, Bittencourt Sampáio, Raphael Xavier e outros foram os técnicos da nova orientação. Os resultados aí estão, à vista de todo o mundo. Abra-se a *Revista do Serviço Público*, editada pelo DASP, e observe-se a função de controle que esse órgão exerce, no tocante ao pessoal; leiam-se as decisões do Tribunal de Contas, fundamentadas, eruditas e brilhantes, inclusive os votos, em separado, do Ministro Rubem Rosa, que movimenta os assuntos e dá à controvérsia vivacidade e fulgor. Os artigos de doutrina de Agripino Nazareth, um dos técnicos que mais conhecem a formação do nosso direito social. Os artigos de Themístocles Cavalcanti sobre as novas instituições do direito administrativo. Uma revista, enfim, que é uma escola. Escola a provocar e a despertar emoções sobre o serviço público, até ontem, considerado, no Brasil, um albergue, recolhimento de vocações fracassadas”.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Aspectos e resultados da última assembléia dos Estatísticos Brasileiros

Os trabalhos levados a efeito pelo Conselho Nacional de Estatística, ao ensêjo de sua 3.^a Assembléia Geral, vieram trazer à estatística brasileira e, em particular, à entidade administrativa que por ela responde — o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — um contin-

gente apreciável de realizações e iniciativas do mais largo alcance no âmbito da vida nacional.

Reunidos nesta capital, durante quasi todo o mês de julho último, os representantes dos sistemas federal e regionais daquele órgão deliberativo do I. B. G. E., estudaram e discutiram, com

elevado espírito de cooperação e patriotismo, fórmulas novas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços estatísticos já instalados, em regime federativo, por todo o território do país, vinculados aos três planos da sua órbita administrativa — federal, estadual e municipal.

Houve oportunidade de apreciar-se, então, o panorama atual das atividades estatísticas no Brasil, através dos relatórios apresentados em plenário pelos delegados dos diversos órgãos articulados ao Instituto e força é convir em que são bastante promissoras as perspectivas ora abertas ao trabalho dos levantamentos numéricos, em todos os setores da nação.

Por uma coincidência feliz, veio conferir inegável relêvo aos trabalhos dêsse memorável certame a visita que, por essa ocasião, fez ao Brasil o prof. Juan Vaccaro, eminente técnico argentino, Diretor da Estatística Municipal de Buenos Aires e do Censo Permanente da População, Imóveis, Comércio e Indústria dessa Província, incumbido de estudar a nossa organização estatística e estreitar, assim, as relações e o intercâmbio entre os órgãos técnicos dos dois países. Tendo assistido a várias reuniões da referida Assembléia, e pronunciado, a convite, uma interessante palestra sobre as características daquela operação censitária permanente, coube ao Sr. Juan Vaccaro, que, à sua competência técnica alia ainda a autoridade intelectual de professor da Faculdade de Ciências Econômicas de Buenos Aires, declarar, como resultado de suas observações e estudos em nosso meio, que o sistema estatístico brasileiro "constitue verdadeiro padrão, de que se deve orgulhar a América do Sul".

Durante as suas reuniões, a Assembléia recebeu, ainda, a honrosa visita de um ministro de Estado, o Sr. Waldemar Falcão, titular da pasta do Trabalho, e de dois chefes de governos estaduais, srs. Manoel Ribas e Paulo Ramos, interventores federais nos Estados do Paraná e Maranhão, respectivamente, que exprimiram a sua confiança na atuação do I. B. G. E. e reafirmaram o seu prestigioso apóio à causa da estatística.

Realizou-se, também, com o melhor êxito, o "Curso de Informações de 1939", programa de extensão cultural, constituído de tres palestras sobre matéria de palpitante atualidade, a cargo de nomes de grande projeção nos círculos culturais e técnicos: os srs. prof. Giorgio Mortara, André Braga e Padre Helder Câmara, que fizeram

interessantes conferências públicas, respectivamente sobre "A Estatística no Estado Moderno", "O Censo de 1940" e "A Estatística e a Educação". Parte final dêsse Curso foi a palestra do sr. Firmo Dutra, presidente da Comissão do Salário Mínimo do Distrito Federal, sobre os trabalhos empreendidos e os resultados obtidos pela mesma Comissão.

A legislação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi enriquecida de novas peças de suma importância, algumas do maior relêvo, pelo alcance de que se revestem em relação à atualidade nacional, como a Resolução n. 127, em que, com as congratulações ao Chefe da Nação pelo seu propósito de fazer elaborar uma lei de amparo à família, baseada em documentação estatística, são formuladas sugestões para um programa novo à política de assistência social no Brasil. Texto legislativo de extraordinária relevância social, econômica e, sobretudo, humana, conforme acentuou o padre Leonel Franca, constituindo-se louvável esforço da Estatística Nacional, integrada em sua alta missão de previdência, no sentido de assegurar à família brasileira "o direito de ser fecunda, de viver dignamente e de constituir-se o sólido e insubstituível fundamento da grandeza da Pátria".

Foram estudados 60 projetos, que se transformaram em 52 textos definitivos, depois das fusões, desdobramentos e arquivamentos deliberados.

Em relatório apresentado por ocasião do encerramento dos trabalhos da Assembléia, o sr. Teixeira de Freitas, secretário geral do I. B. G. E., examinou, detidamente, as páginas que se acrescentaram ao patrimônio legislativo daquela entidade autárquica, traçando prévio esquema dos resultados dêsse fecundo labor e classificando, assim, o conjunto das novas Resoluções do Conselho Nacional de Estatística, "sob tríplice ponto de vista, a saber, quanto ao objeto, quanto à forma e quanto à finalidade".

"No que se refere ao objeto — observou o Secretário Geral — o que deliberamos: ou define princípios *institucionais*; ou estabelece normas *estruturais*; ou assenta preceitos *funcionais*. Dispostas nesse tríptico, as nossas 52 Resoluções dêste ano se distribuem assim, com evidente equilíbrio: 4 institucionais; 9 estruturais; 39 funcionais. No que tange à forma, os nossos atos resolutivos: ou *promovem*; ou *normalizam*; ou *consignam*. E segundo essa nova trilogia, as